

LEITURA CRÍTICA DA TEORIA DA TERAPIA CENTRADA NO CLIENTE

Carmem Barreto*

Henriette T. Penha Morato**

Resumo

As autoras fazem uma leitura crítica da teoria da Terapia Centrada no Cliente enquanto proposta teórica construída na modernidade, enfocando, nesse percurso crítico, a constituição da Psicologia enquanto ciência.

Situando a proposta da teoria da Terapia Centrada no Cliente neste contexto, apresentam uma análise da estrutura epistemológica dos fundamentos teóricos da Terapia Centrada no Cliente. Realizam, também, um estudo crítico de alguns construtos dessa teoria, enfocando os conceitos de Tendência Atualizante e de Angústia.

Posteriormente, questionam se os conceitos referidos oferecem subsídios para compreender o mal-estar do homem contemporâneo.

Concluem apontando a necessidade de uma outra via de acesso à condição humana. Ressaltam as possibilidades que a dimensão heideggeriana de angústia apresenta, podendo, assim, favorecer uma melhor aproximação com o mal-estar contemporâneo.

Palavras-chave: Terapia Centrada no Cliente; Tendência Atualizante; Mal-estar contemporâneo; Dimensão heideggeriana de angústia.

A CRITICAL READING OF THE THEORY OF CLIENT-CENTERED THERAPY

Abstract

The authors make a critical reading of the Theory of Client-Centered Therapy as a theoretical proposal founded on today's world. They focus, during this critical review, on the constitution of Psychology as a science. When placing the proposal of the theory of Client-Centered Therapy in this context, they present an analysis of the epistemological structure of the theoretical foundations of Client-Centered Therapy. They also undertake a critical study on some constructs of this theory, and focus on the concepts of Updating Tendency and Anguish. Posteriormente, questionam se os conceitos referidos oferecem subsídios para compreender o mal-estar do homem contemporâneo.

They conclude by pointing to the need for another access route to the human condition. They emphasize the possibilities which the

Heideggerian dimension of anguish presents, which may thus favor a better approach to dealing with the contemporary malaise.

Key words: Client-Centered Therapy; Updating Tendency; Contemporary Malaise; the Heideggerian Dimension of anguish.

INTRODUÇÃO

Para realizar o percurso da leitura crítica da teoria da Terapia Centrada no Cliente, será refeita a trajetória do trabalho científico de Rogers, procurando identificar sua vinculação com o projeto epistemológico da Modernidade. Posteriormente, serão discutidos alguns dos construtos teóricos da Terapia Centrada no Cliente, tentando mostrar alguns pontos cegos que indicam a provável insuficiência de certos construtos teóricos da proposta rogeriana para uma leitura do mal-estar contemporâneo.

Inicialmente, para situar o percurso teórico de Rogers, serão apresentadas algumas características do conhecimento na Modernidade, o qual, diferentemente do saber aristotélico e medieval, apresenta uma visão de mundo em que a razão ocupa o lugar central. É o momento áureo da afirmação da consciência e de suas representações, levando a uma centralização na razão instrumental, separando natureza e cultura, atribuindo à cultura algo de humano e à natureza algo de não-humano. Essa polarização sujeito/sociedade e natureza foi absorvida pela filosofia do século XVIII, a qual, com a perspectiva kantiana, defende a separação total entre a coisa-em-si e o sujeito transcendental.

Para Latour (1994, p.56), o kantismo confirma a Constituição moderna, torna os dois pólos constitucionais incomparáveis, ao mesmo tempo que deixa visível o trabalho das mediações, reconhecidas como intermediários que deslocam as formas puras já que *“o conhecimento só é possível*

no ponto mediano, o ponto dos fenômenos, através de uma aplicação das formas puras, as da coisa-em-si e as do sujeito". Os híbridos, nesse sentido, são reconhecidos, mas apenas como mistura das formas puras, como intermediários.

Entre as grandes correntes modernas representantes dessa estratégia, Latour (1994) situa a Fenomenologia que, tentando abandonar essa posição de polaridade entre, de um lado a consciência pura e do outro o objeto, coloca-se no meio. Tenta, através da noção de "intencionalidade", transformar a "Separação" (Kant) e a "Contradição" (Hegel) em "Tensão Insuperável" entre sujeito e objeto. Para o referido autor, os fenomenólogos, ao não atribuírem nenhuma essência ao sujeito puro nem ao objeto puro, acreditam ter superado Kant e Hegel e aspiram a um posicionamento mediano, sem que a mediação esteja ligada aos dois pólos. No entanto, para Latour (1994, p. 58), *"o que fazem é desenhar um traço entre pólos reduzidos a quase nada. Modernizadores inquietos, podem apenas estender a 'consciência de alguma coisa' que é somente uma fina passarela sobre o abismo que aumenta aos poucos"*.

Os grandes movimentos filosóficos da Modernidade tentaram, através da "separação", da "contradição" e da "tensão insuperável", lidar com a polaridade sujeito/sociedade e natureza indicando que não há medida comum entre o mundo dos sujeitos e dos objetos, mas anulavam essa distância ao praticarem a hibridação, medindo, por exemplo, humanos e coisas em conjunto com as mesmas medidas.

Na Psicologia, essa polarização pode ser observada na constituição das *Matrizes do Pensamento Psicológico*, apresentada por Figueiredo (1996). As *Matrizes Cientificistas* desconhecem a singularidade subjetiva do indivíduo, assu-

mind, predominantly, the scientific model of science. They believe that there is something that can be thought of as truth, they speak of evidence, tests, proofs and demonstrations. They defend an ontological realism, with the belief that there is a reality independent of the subject, that knows it, and confirm the predominance of the method of the natural sciences, seeking the natural and behavioral order of psychological phenomena.

In the other pole, we have the *Romantic and Post-romantic* matrices, which recognize and underline the specificity of the subject, claiming the independence of Psychology in front of the other sciences, seeking new scientific canons that legitimize it, growing without the security that the *Scientificist* matrices ostentated. They are directed towards the clarification of logic, the conceptual thread, seeking to understand how the concepts of a theory interrelate. They worry about the rhetoric of knowledge, in which the organization of arguments and the metaphorical languages have peculiarities different, according to each approach, creating a style that characterizes each school, making part of the knowledge produced. They develop a knowledge that seeks the clarification of the articulations between cognitive processes and the other dimensions of social practices.

The way in which the matrices of psychological knowledge are constructed reflects the form of construction of knowledge in Modernity, evidencing some characteristics of the subject-object relationship of knowledge, which deserve to be commented, aiming to subsidize a better understanding of the epistemological proposal of Rogerian. In the modern perspective, knowledge only consumes in the form of concepts, expressed in an objective language, whose re-

apresentação estaria totalmente adequada ao objeto, enquanto percebido, significando, em última análise, a captura do real, e que seria representado na forma de teoria. Para que o conhecimento da realidade represente o real é necessária a disciplina do método, que faz uma ascese, expurgando tudo o que impede o contato direto, atingindo um modo de funcionar transcendental, submetido a uma lógica rigorosa que privilegia a linguagem neutra, a eliminação dos afetos e o aumento da razão. Em relação ao sujeito do conhecimento, essa atitude teria, como consequência, o sujeito epistêmico, que deveria estar desligado do seu ser-no-mundo, no qual o sujeito empírico, adotando as orientações do método, assumiria uma forma de funcionar transcendental, na qual o mundo é criado a partir de si mesmo, eliminando a dimensão relacional, a dimensão subjetiva do sujeito.

Uma verdade fundada nessa perspectiva teria um caráter acumulativo, uma vez que todo conhecimento deve partir de fatos observáveis, registrados por uma linguagem (observável) instrumental, submetido a uma lógica indutiva, criando leis gerais, universais, dentro de uma dimensão de reversibilidade.

Esse projeto dominou o conhecimento até meados do século XX e trouxe problemas sérios para a Psicologia, que precisava encontrar um lugar nessa proposta. De início, a ênfase positivista foi absorvida pela Psicologia Behaviorista e pela Psicologia Experimental, que são as que mais se aproximam desse ideal de ciência. As outras abordagens psicológicas, principalmente as provenientes da clínica, ficaram sem lugar e sem condições de serem confirmadas por esse modelo epistemológico, apresentado por Figueiredo (1995), como uma *epistemologia forte*, que se caracteriza por ser normativa e judicativa, por defender a verdade como correspondência entre o pensamento e a realidade.

A Psicologia Clínica não podia enquadrar-se no modelo das *epistemologias fortes*, no qual o recurso epistemológico não consegue dar conta dos desafios elaborados pelos saberes psicológicos, pois, segundo Figueiredo, (1995, p. 23), “o campo próprio das psicologias é o que, do ponto de vista epistemológico, teria o estatuto de dejetos do expurgo operado pelo método no processo de constituição de um sujeito purificado”.

Por outro lado, as *epistemologias fracas*, apesar de permitirem elucidar as condições de possibilidade de constituição das diferentes teorias, através da elucidação dos seus pressupostos implícitos, não apresentam uma compreensão suficiente da área de conhecimento da Psicologia, nem justificam, racionalmente, as opções teóricas e práticas. Não permitem, em última análise, “conduzir a escolhas nem a justificativas racionais a posteriori” (Figueiredo, 1995, p. 24).

É dentro desse clima epistemológico que Rogers constrói sua proposta teórica da Terapia Centrada no Cliente. Aliado ao fato de ser um representante legítimo da tradição americana atada às convicções morais e religiosas rígidas, ele direciona sua elaboração científica para um sistema teórico fortemente influenciado pelo ponto de vista positivista e por valores moralistas.

Essa orientação, ao lado da experiência que desenvolve enquanto terapeuta, revela a ambigüidade, vivida por ele, quanto ao fato de manter-se fiel à objetividade científica ou procurar desenvolver outros métodos para descrever sua experiência como psicoterapeuta. Ao manter-se fiel à constituição moderna de ciência, assume a separação entre natureza e sociedade, não incorporando a noção de redes extensas, nas quais proliferam os híbridos,

gerados pelas revoluções industriais e tecnológicas e pelos fatos socializados e humanos que se tornaram mundo natural. Assim, ele não consegue, na construção de sua teoria da terapia, rejeitar a perspectiva universalizante e a dimensão de uma racionalidade pura, não assumindo a noção de universos relativos e a reflexibilidade circular, que apresentam subsídios para uma aproximação entre interior e exterior. Apesar de vivenciar a hibridação na prática clínica, não consegue reconhecê-la nem encontrar um espaço para ela na sua teorização, que permanecia fiel ao processo de purificação das ciências.

Depois dessa breve contextualização, será focado o processo de construção da teoria da Terapia Centrada no Cliente, que, de acordo com Cury (1993, p. 214), *“desenvolveu-se a partir de experiências clínicas, de enunciados de hipóteses provisórias baseadas em práticas, de pesquisas e de inúmeras outras atividades inerentes à investigação e à explicitação sistemática do fenômeno terapêutico”*.

A concepção de ciência na Terapia Centrada no Cliente

Para facilitar uma melhor compreensão da construção teórica de Rogers, torna-se necessária uma análise da estrutura epistemológica dos fundamentos teóricos da Terapia Centrada no Cliente, da qual a Psicoterapia Centrada na Pessoa é herdeira.

Ao iniciar essa análise, fica evidente a preocupação de Rogers com a comprovação científica dos dados observados na prática clínica. Durante a década de cinquenta, período que sistematizou os construtos teóricos de sua proposta terapêutica, apresentou um modelo positivista, adequado à matriz cientificista do projeto de

constituição da Psicologia como ciência independente, impregnada da noção de verdade científica vigente no processo de construção da ciência moderna, que se caracteriza pelo conhecimento representacional e se expressa através de idéias, noções, conceitos e teorias.

Apesar de confirmar a validade do método positivista, Rogers iniciou, gradativamente, questionamentos com relação à sua utilização e às opções dentro das quais ele é praticado, tendo como referência a sua experiência como terapeuta e a dimensão múltipla, complexa e paradoxal do processo terapêutico. A ciência não é, em si mesma, questionada por ele, mas seu uso e, posteriormente, seu significado. Rogers propõe, nesse momento, não outro tipo de ciência, mas outro uso, outro significado e outros problemas a partir de outras escolhas prévias, que, apesar de identificar, não consegue incorporar ao modelo de ciência positivista vigente. Assim, não parece ser sua proposta promover uma ruptura com esse modelo, chegando, então, a uma atitude de conciliação, em que reconhece a dimensão subjetiva da produção científica.

Foi nessa linha que, na fase da Terapia Centrada no Cliente (1950), ele desenvolveu suas pesquisas na tentativa de comprovar cientificamente, pelo método reconhecido na época, a validade de sua proposta terapêutica. Propõe que a ciência vise ao humano, enfatizando objetivos processuais, a dimensão subjetiva da escolha e, conseqüentemente, a produção científica. Contudo, continua valorizando o método científico de orientação positivista, pois acredita que só através dele é possível tornar respeitável o conhecimento produzido pela Psicologia.

Entre as tradições científicas que perpassaram Rogers durante sua formação de pesquisador e psicólogo,

encontramos, de um lado, uma perspectiva teórica vinculada ao funcionalismo biológico com uma dimensão positivista e naturalista, e, de outro, sua experiência, enquanto terapeuta, associada à influência posterior do existencialismo de Kierkegaard e da relação dialógica proposta por Buber. Desse modo, pode-se evidenciar, na sua produção teórica, o conflito que vivenciou entre dois paradigmas do saber psicológico. São eles: o positivismo científico e a abordagem fenomenológico-existencial. Tal conflito explicita-se na citação:

“Uma visão retrospectiva leva-me a reconhecer a origem do conflito. Tratava-se de uma oposição entre o positivismo lógico em que eu fora educado e pelo qual tinha profundo respeito, e um pensamento existencial, orientado subjetivamente, que crescia dentro de mim porque parecia adequar-se perfeitamente à minha experiência terapêutica” (Rogers, 1970, p. 179).

Os termos do conflito são, portanto, o positivismo lógico e o pensamento existencial *“orientado subjetivamente”*. Puente (1973) constata não somente esse conflito entre o objetivo e o subjetivo vivido por Rogers como também as suas tentativas para encontrar-lhe uma solução. Indica que, nesse processo de encontrar uma conciliação, não elimina uma dessas duas posições, mas serve-se delas, de um modo pessoal, para apresentar suas experiências. Para o autor, a subjetividade e a objetividade constituem os elementos fundamentais da orientação rogeriana, exercendo influência e complementaridade recíprocas.

A dimensão da subjetividade, com sua carga de arbítrio e instabilidade, era considerada, por Rogers, como obstáculo epistemológico na construção de uma teoria científica que

desse conta da prática clínica. Essa contradição foi resumida e resolvida, por ele, da seguinte forma:

“Reconhecemos que o comportamento, quando analisado cientificamente, é seguramente melhor compreendido numa perspectiva determinista. É essa a grande característica da ciência. Mas a opção responsável e pessoal, que é o elemento essencial no fato de ser pessoa, que é a experiência suprema em psicoterapia, enfim, que existe de uma maneira prévia a toda investigação científica, é também uma característica extremamente importante na nossa vida. O fato de estes dois elementos importantes da nossa experiência parecerem estar em contradição, assume talvez o mesmo significado que a contradição entre a teoria ondulatória e a teoria crepuscular da luz; é possível demonstrar a verdade de cada uma das teorias e elas não deixam de ser por isso incompatíveis” (Rogers, 1970, p. 330).

Tal posicionamento evidencia o projeto autocontraditório de construção da sua teoria da terapia. Quando assume uma atividade de pesquisa e de teorização, segue uma metodologia cientificista positivista; porém, quando assume sua experiência clínica e sua atividade enquanto psicoterapeuta, apresenta uma orientação mais vinculada às dimensões pós-românticas, com ênfase no modelo compreensivo-fenomenológico. Nessas reflexões, torna-se evidente a influência do contexto científico e socio-cultural da Modernidade em Rogers, manifestada na construção da teoria da Terapia Centrada no Cliente, justificando, em parte, as contradições e limitações encontradas na sua produção.

Essa constatação é, também, apontada por Schmidt (1999), que, procurando esclarecer o posicionamento de Rogers entre os paradigmas do positivismo e da fenomenologia, faz uma análise do texto “*Pessoa ou ciência? Um problema filosófico*”, publicado originalmente, em 1961, no livro Tornar-se Pessoa. Na análise apresentada pela autora, procurando acompanhar a trajetória conceitual desenvolvida por Rogers, refere e aponta o conflito entre o positivismo lógico e o pensamento existencial, “orientado subjetivamente”, na produção rogeriana. Para Schmidt, (1999, p.107),

“as exigências de objetividade direcionam o investigador para o positivismo, e a experiência terapêutica abraça o pensamento existencial que abre a subjetividade, sem, contudo, alterar a noção que Rogers retém sobre sua investigação, a qual permanece positivista”.

Não conseguindo resolver a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo, Rogers, na sua produção teórica, sustenta as cisões que fundamentaram o saber científico da Modernidade. Apesar de reconhecer a dimensão subjetiva da produção científica, não consegue desvincular-se do modelo tradicional da ciência moderna. Como conciliação para essa situação conflitante na produção do conhecimento, Rogers, segundo Schmidt (1999), procura estabelecer um diálogo entre os dois protagonistas que o habitavam. Para essa autora, Rogers, ao procurar fazer essa passagem, “*roça, mais uma vez, a questão da ciência como uma interpretação do mundo e lhe faltam elementos para considerar que, enquanto tal, a ciência enseja uma ética, uma ideologia e um poder que lhe são intrínsecos e não subsidiários*” (Schmidt, 1999, p. 111).

Nessa perspectiva, esta parece ser a grande questão da produção teórica de Rogers: por não conseguir desvincular-se do método científico positivista, não pôde considerar suficiente, para um questionamento da ciência, a sua experiência enquanto terapeuta, apesar do que ela lhe rendeu para uma elaboração pessoal e conceitual significativa. Parece que, apesar de não ter conseguido superar o modelo de ciência vigente, ficou satisfeito com a conciliação que lhe foi possível realizar, mantendo, assim, as crenças que, tradicionalmente, sustentaram e sustentam a construção do saber científico. Evidencia-se tal posição, ao afirmar:

“É porque reconheço um valor e uma satisfação nas relações humanas que entro numa relação chamada terapêutica, onde os sentimentos e o conhecimento se fundem numa experiência unitária que é vivida em vez de ser analisada, cuja consciência não é reflexiva e em que sou mais participante do que observador. Mas porque sinto curiosidade em relação à ordenação delicada que parece existir no universo e nesta relação, posso abstrair da experiência e considerá-la como um observador, fazendo de mim mesmo e/ou dos outros, objetos dessa observação. Como observador, devo utilizar todas as intuições que nascem dessa experiência vivida. Para evitar enganar-me a mim mesmo como observador, para conseguir um quadro mais adequado da ordem reinante, utilizo todos os processos da ciência” (Rogers, 1970, p. 199).

A apreensão da ordenação da “*experiência unitária*”, vivida nas relações humanas como a fusão de sentimentos e conhecimento, requer uma abstração e uma posição de

observador, pela qual os componentes dessa relação são considerados objetos de observação. Desse modo, Rogers acreditava que, “*para conseguir um quadro mais adequado da ordem reinante*”, todos os processos da ciência deveriam ser utilizados. Essa “*experiência unitária*”, de acordo com Schmidt (1999), é compreendida por Rogers como “estados mentais” que poderiam ser submetidos ao estatuto da ciência positivista, que lhe revelaria as leis, de acordo com o modelo de causalidade linear, nos moldes de causa-efeito. Esse foi o padrão aplicado para a construção da teoria da Terapia Centrada no Cliente em que, a partir de certas condições definidas operacionalmente, aconteceriam mudanças previsíveis na personalidade. Mesmo tendo descrito, reiteradamente, as condições facilitadoras do processo terapêutico, Rogers, segundo Pagès (1976, p. 103), “*não desenvolveu o aspecto dialético de sua teoria que, em seu coração, nos aparece agora como uma rede de paradoxos que se encadeiam, da mesma forma que ele não ressaltou o papel fundamental da angústia e da confrontação da angústia*”.

É importante lembrar e apontar que a ciência, para Rogers, era representada segundo o modelo do positivismo lógico. Considerar, contudo, essa perspectiva não implicava a desvalorização da ciência, pois ainda assim seria ela que, segundo ele, permitiria adquirir uma compreensão parcial do que chama “*a assustadora ordem de nosso universo físico e psicológico*” (Rogers, 1983, p. 59).

Nesse sentido, Rogers mantém a cisão instituída pelo positivismo lógico. Apesar de ensaiar saídas críticas, não deixava de confirmar a eficácia do método científico. Do mesmo modo que descreve e valoriza sua experiência subjetiva, não conseguindo reconhecê-la como ciência, pratica ciência visando ao controle da eficácia terapêutica.

Tal dificuldade de Rogers em desvincular-se da concepção moderna torna-se mais esclarecida se for compreendida a partir das considerações de Latour (1994). Segundo esse autor, a Modernidade jamais chegou a ser praticada realmente, já que o dualismo dos modernos não anulou, completamente, a existência dos “quase-objetos” que permaneceram na clandestinidade das práticas modernas de “mediação” e “purificação”¹.

Diante disso, como compreender a produção teórica de Rogers? Será que, de alguma forma, não representaria esta situação típica do modernismo? Apesar de experienciar na prática clínica a existência dos “quase-objetos”, não foi possível a Rogers dar-lhes passagem, não legitimando, assim, sua presença no fenômeno clínico, descrito na teoria da Terapia Centrada no Cliente.

Parece ter construído uma teoria em que assume o projeto de “purificação crítica”, mantendo a separação proposta pelo projeto da Modernidade entre os dois campos ontologicamente distintos, o da natureza (objetividade) e o da sociedade (subjetividade). Mantém, na clandestinidade, os híbridos de natureza e cultura, não reconhecendo, na sua produção teórica, o funcionamento das redes que conectam esses híbridos. Reconhece essas redes, mas não consegue legitimá-las na sua teoria da terapia construída na década de cinquenta. Por isso, parece funcionar de modo fiel ao projeto moderno, pois, ao mesmo tempo que mantém a cisão entre natureza e cultura, reconhece a existência dos híbridos na relação terapêutica; mas, por não encontrar um lugar para eles na sua teoria, coloca-os, então, no campo da subjetividade.

Terapia Centrada no Cliente: estudo crítico de alguns construtos teóricos

Depois de delinear a análise da estrutura epistemológica da produção rogeriana, passaremos a fazer uma breve leitura crítica do campo da experiência centrada no cliente, enfatizando, principalmente, a noção de Tendência Atualizante e a concepção da natureza humana que traz embutida.

Iniciamos apresentando a concepção rogeriana de Tendência Atualizante e suas implicações na compreensão dos modos de constituição das subjetividades. Em 1959, na exposição teórica que considera como a mais completa, Rogers apresentou a noção de Tendência Atualizante como a hipótese central de sua teoria. Segundo ele, poderia ser colocada em poucas palavras:

“Os indivíduos possuem dentro de si vastos recursos para a autocompreensão e para a modificação de seus autoconceitos, de suas atitudes e de seu comportamento autônomo. Esses recursos podem ser ativados se houver um clima, passível de definição, de atitudes psicológicas facilitadoras” (Rogers, 1983, p. 38).

“Um indivíduo que vive nesse clima estimulante pode escolher livremente qualquer direção, mas na verdade escolhe caminhos construtivos e positivos” (Rogers, 1983, p. 50).

“Do ponto de vista prático, implica que a psicoterapia consiste simplesmente na liberação de capacidades já presentes em estado latente. Isto é, implica que o cliente possua, potencialmente, a competência necessária à resolução de seus problemas” (Rogers, 1977, p.193).

Tais definições refletem a ênfase, dada por Rogers, à natureza subjetiva da experiência individual e às qualidades auto-atualizadoras e autodirigidas do organismo, representadas pela idéia de um potencial inerente à pessoa. O cliente, a partir de si mesmo, conheceria a direção adequada para avançar no processo de atualização. Tal posição aponta para a configuração de subjetividades, identificadas com uma essência substancializada e caracterizada por sua presença central na categoria de sujeito racional, sendo a liberdade compreendida como autodeterminação de si mesmo. Esse delineamento evidencia-se na seguinte afirmação:

“O comportamento do homem é extremamente racional, evoluindo com uma complexidade sutil e ordenada para os objetivos que seu organismo se esforça por atingir. A tragédia para muito de nós deriva do facto de as nossas defesas nos impedirem de surpreender essa racionalidade, de modo que estamos conscientemente a caminhar numa direção quando organicamente seguimos outra” (Rogers, 1970, p. 173).

Nessa afirmação, Rogers, considerando o horizonte histórico e antropológico de sua obra, apresentou uma leitura da subjetividade moderna e de seus impasses, cuja ótica intelectual ampara em certas convicções da ciência moderna que influenciaram sua construção teórica.

Diante de tal reflexão, parece plausível afirmar que, na construção da Teoria da Terapia Centrada no Cliente, Rogers apresenta uma leitura da subjetividade que mantém as ciências as quais sustentaram a construção do saber científico da Modernidade. Apresenta a noção de pessoa como ser

indiviso, unitário, considerando que *“qualquer pessoa é uma ilha no sentido concreto do termo; a pessoa só pode construir uma ponte para se comunicar com outras ilhas se primeiramente se dispõe a ser ela mesma e se lhe é permitido ser ela mesma”* (Rogers, 1970, p. 32).

Desenvolve sua teoria mantendo a idéia de que a pessoa é autocentrada, defendendo, assim, a primazia da ordem subjetiva, na qual a realidade não é um fenômeno objetivo, mas sim subjetivo, formado a partir da percepção subjetiva que cada pessoa constrói. Uma tal concepção não atribui maior importância à situação histórica e sociocultural. Representa, muito mais, uma visão abstrata, com um dentro e um fora bem delimitados.

Segundo Moreira (1990, p. 75), a noção de *pessoa* na teoria rogeriana se apresenta como:

“Uma pessoa ‘centrada’, autônoma, racional, que traz dentro de si mesma os recursos para o seu próprio desenvolvimento. Essa pessoa é pensada como ser interiormente livre, subjetivo, absoluto, universal. Trata-se de uma concepção dicotomizada, cuja ênfase essencialista e metafísica, sublinha a interioridade e caracteriza a pessoa como indivíduo”.

Assim, a cena apresentada pela teoria da Terapia Centrada no Cliente da década de cinquenta é a da hipervalorização da pessoa-indivíduo, o que limita a teoria e compromete a prática. Sua proposta psicologista, buscando um suposto homem interno, que deveria tornar-se o que já é potencialmente, precisa ser submetida a uma leitura crítica. É necessário rever a visão de homem, expressa no conceito de Tendência Atualizante, que mantém a proposta rogeriana

presa a uma perspectiva humanista defendida pela Modernidade, impedindo-a de oferecer subsídios para uma clínica psicológica atendida com o momento contemporâneo.

É preciso ir além da dimensão do humanismo, que situa o humano numa ideologia fechada, com referência centrada na possibilidade inesgotável da essência humana, que se realiza a si mesmo, deixando fora de cena o não humano e o inumano do homem. Um humano que, segundo Latour (1994, p. 134), *“só pode ser captado e preservado se devolvemos a ele essa outra metade de si mesmo, a parte das coisas”*. Onde, então, situar o homem?

Rogers respondeu a essa pergunta situando o homem na sua natureza, assumindo, desse modo, a posição redutora dos humanistas modernos, que tentam relacionar a ação humana com determinadas potências, transformando o resto do mundo em meros intermediários, que funcionariam como forças facilitadoras. A história e a antropologia humanas são por demasiado diversas para que seja possível fechar o homem numa essência natural. Além disso, não é possível anunciar a morte do homem, dissolvendo-o nos jogos de linguagem, pois, do mesmo modo que não estamos, unicamente, na natureza, também não estamos, unicamente, no discurso.

Diante desse impasse, recorreremos novamente a Latour (1994, p. 135). Ele mostra que,

“Se por um lado o humano não possui uma forma estável, isso não quer dizer que não tenha nenhuma forma. Se, ao invés de o ligarmos a um dos pólos da constituição moderna, nós o aproximamos do meio, ele mesmo se torna o mediador e o permutador. O humano

não é um dos pólos da constituição que se oporia aos não-humanos. [...] A escala de valores não consiste em fazer deslizar a definição do humano ao longo da linha horizontal que conecta o pólo do objeto ao do sujeito, mas sim em fazê-la deslizar ao longo da dimensão vertical que define o mundo não moderno. Caso seu trabalho de mediação seja revelado ele se forma humano. Caso encoberto, iremos falar de inumanidade, ainda que se trate da consciência ou da pessoa moral”.

Tal perspectiva aponta para uma forma não redutora de humanismo, em que se entrecruzam, de maneira morfológica, as perspectivas tecnológicas, fisiológicas, teológicas, sociológicas e psicológicas de concepções do homem. O Humano está “no próprio ato de delegação, no passe, no arremesso, na troca contínua de formas” (Latour, 1994, p. 136). Como o humano não pode manter-se dividido, o humanismo deve ser deslocado da visão da Modernidade, que o vincula à realização de uma essência humana. Deve assumir a recuperação da possibilidade de uma dinâmica relacional entre o humano e o não humano, com a aplicação de diversos conjuntos interpretativos, preservando as operações definidas por cada conjunto para funcionar como um sistema de redes. Na realidade, mesmo nos momentos mais imperativos da constituição moderna, a pretensa divisão entre o conhecimento das coisas e o interesse, o poder e a política dos homens, jamais separou claramente as leis da natureza das convenções sociais. É exatamente a manutenção da tensão entre o trabalho oficial da purificação e o trabalho oficioso de mediação que possibilita uma crítica à perspectiva do humanismo pensado como atenção à

essência do homem, realizando-se a si mesmo completamente.

Tal tensão, se mantida, possibilita propor um humanismo configurado numa dinâmica relacional entre o humano e o não humano, não dividido entre o mundo das coisas – chamado ciência e técnica – e o dos homens. Para Latour (1994, p. 136), “*a natureza humana consiste no conjunto de seus delegados e de seus representantes, de suas figuras e de seus mensageiros*”.

Partindo dessas reflexões, retomando a teoria rogeriana, compreendemos que, ao confirmar a existência nos organismos de um “*fluxo subjacente de movimento em direção à realização construtiva das possibilidades que lhe são inerentes*” (Rogers, 1983, p. 40), essa teoria apresenta uma construção condizente com a constituição do humanismo moderno. Perspectiva a natureza humana como aquela que “**tem possibilidades**” a atualizar, mantendo, assim, a cisão e o dualismo da mentalidade moderna entre natureza e cultura.

Paralelamente a essa visão, a teoria rogeriana descreve a angústia como distúrbio funcional, proveniente do impasse entre as estruturas psíquicas e as organizações sociais. Tal compreensão revela uma dimensão de causalidade entre os fenômenos, gerando uma postura de aceitação de uma possível causa própria da angústia, que se apresentaria como fenômeno derivado e não autenticamente constitutivo da condição humana. Essa atitude dificulta a apreensão da autenticidade e da originalidade da angústia, enquanto fenômeno tipicamente humano.

A concepção rogeriana de Angústia

É importante, pois, abordarmos a concepção rogeriana de angústia. Recorreremos a essa noção tal como referida, e comentada, por Rogers acerca do caso Ellen West, em um Simposium promovido por Rollo May, em 1958. Nesse comentário, Rogers (1977) comunica a sua compreensão do que seria o “isolamento fundamental do homem moderno”. Respalda-se, para isso, em dois elementos básicos presentes na teoria da Terapia Centrada no Cliente:

- *“o distanciamento do homem em relação a si mesmo, a seu organismo em vivência”,*
- *“a ausência de algum relacionamento em que comuniquemos a nossa experiência real – e portanto o nosso eu real – a outra pessoa”* (Rogers, 1977, p. 92).

Essa experiência de *“isolamento fundamental do homem moderno”* é explicada a partir do sentir-se solitário, que representaria a *“divisão potencialmente fatal”* entre os significados da experiência, apreendidos pela consciência, e os significados captados pelo organismo fisiológico, por conta da *“incapacidade do indivíduo de se comunicar livremente consigo mesmo”* (Rogers, 1977, p. 91). Essa incapacidade teria origem nas primeiras relações com “pessoas critérios” que, como representantes das organizações sociais, poderiam julgar de forma seletiva as experiências que a pessoa teria com relação a si mesma, o que daria origem a um modo de funcionamento psíquico, direcionado por uma *valoração* condicional. Tal *valoração* afastaria a pessoa da *valoração* autônoma “organísmica”,

desenvolvendo um “estado de desacordo” entre o *self* e a experiência. Em tal estado, as experiências que estivessem de acordo com as condições valorativas, introjetadas na estruturação do *self*, seriam “simbolizadas” corretamente pela consciência; ao passo que as experiências que estivessem em desacordo com este processo de *valoração* seriam “deformadas” ou “interceptadas” à consciência. Como resultado desse “estado de desacordo” entre o *self* e a experiência do organismo, teríamos um “mal funcionamento psíquico”, no qual “*um estado de angústia se apoderaria do indivíduo*”(Rogers, 1970, p.189). A intensidade da angústia seria proporcional à amplitude da dimensão do *self* afetado pela ameaça da possibilidade de tomada de consciência das experiências não simbolizadas, ou simbolizadas de forma deformada. Nessa perspectiva, a angústia é compreendida como uma resposta funcional ao estado de desacordo entre o *self* e a experiência, tendendo a desaparecer quando o acordo entre esses dois elementos fosse restabelecido e/ou quando os impasses fossem removidos.

Para a teoria rogeriana, o processo de reintegração, que levaria ao restabelecimento do acordo entre o *self* e a experiência, ocorreria na presença de “certas condições”, indicadas como sendo as mesmas requeridas na relação terapêutica (consideração positiva incondicional, autenticidade e empatia). A ausência dessas condições significaria a impossibilidade de comunicação da “*nossa experiência real – e portanto nosso eu real – a outra pessoa*”, referência essa apontada por Rogers como o segundo elemento básico do “*isolamento fundamental do homem moderno*”.

É importante ressaltar que a compreensão rogeriana da solidão expressa o *centramento* na experiência consci-

ente e “livre de defesas”, que, ao ser retomada mediante a presença de “condições psicológicas facilitadoras”, levaria o sujeito a resolver a “*experiência fundamental de isolamento*”. Essa posição fica evidente quando, ao comentar o caso de Ellen West (1977), aponta:

“Descobriria que sua própria experiência, desde que se abrisse a ela, desde que pudesse cuidadosamente ouvir o seu significado, forneceria uma orientação construtiva para seu comportamento” (Rogers, 1977, p. 100).

“No relacionamento terapêutico em que fosse aceita inteiramente, poderia descobrir que era seguro comunicar-se mais plenamente. Descobriria que não precisava ser solitária e isolada – que outra pessoa poderia entender e partilhar o significado de sua experiência” (Rogers, 1977, p. 100).

“É por tal processo, ao meu ver, que o muro de vidro teria se dissolvido. Ela teria achado a vida mais venturosa, muitas vezes angustiante (...) Mas ela seria vital e real, e estaria se relacionando consigo mesma e com os outros. Teria resolvido para si a grande solidão do homem moderno” (Rogers, 1977, p. 100).

Não seria uma tal compreensão bastante simplista, ingênua e pragmática? A “angústia de se sentir só” pode ser “resolvida”, somente e simplesmente, numa relação que possibilite “retomar” o contato consigo mesmo e com o outro? E mais, a angústia representaria, unicamente, a solidão diante da impossibilidade de contato real consigo mesmo e com o outro? Para compreender melhor o posicionamento de Rogers, faz-se necessário abordar a sua definição de angústia. Para ele,

“...a angústia é um estado de mal-estar ou tensão, cuja causa o indivíduo não conhece. Vista do exterior corresponde à tomada de consciência latente, pelo indivíduo, do conflito que existe entre o seu eu e a totalidade da experiência. Quando esta tomada de consciência se torna manifesta, a atuação das defesas se torna cada vez mais difícil. A angústia constitui a reação do organismo à “sucepção” deste estado de desacordo e ao perigo de tomada de consciência – que exigiria uma modificação da estrutura do eu” (Rogers, 1977, p. 170).

Parece que Rogers associa a angústia, unicamente, ao desejo de vida, de desenvolver-se; assim, apresenta-se mais como uma conotação de reação do organismo, diante da ameaça subliminar desencadeada pelo estado de desacordo entre estrutura do *self* (configuração experiencial composta de percepções relativas ao eu) e a totalidade da experiência (tudo o que se passa no organismo e que está disponível à consciência). Nessa perspectiva, acentua-se o modo como Rogers identifica a vida, unicamente, com a capacidade de criação, com a construção permanente de uma individualidade distinta das outras, não considerando o caráter constitutivo da angústia neste processo. Para Pagés (1976, p. 179), essa postura rogeriana *“apresenta implicitamente um problema mais profundo, a saber, o das relações entre as tendências construtivas da personalidade e suas tendências destrutivas”*. Para o autor, tal posicionamento resulta do fato de Rogers apresentar a concepção do *growth*, como único princípio explicativo da personalidade.

Ao identificar a personalidade com o processo de mu-

dança, ao reduzir o tema da morte ao simples medo de morrer, vinculado ao desejo de viver, Rogers poderia estar apresentando os efeitos dos fatores culturais próprios à sociedade americana. Ainda segundo Pagés (1976, p. 177-178), esses fatores culturais seriam representados pelo “*puritanismo, pela repulsa ao trágico e, particularmente, ao tema da morte. Assim o puritanismo extremo de Rogers chega, talvez, a uma forma evoluída de puritanismo, ‘um puritanismo do vácuo’ poder-se-ia dizer, no qual se exprimem as defesas puritanas, não como proibições ativas, mas como a negação do problema*”.

A teoria rogeriana expurga o trágico da condição humana, apresentando uma leitura de subjetividade e de seus impasses na Modernidade influenciada por valores moralistas da cultura americana e pela concepção de ciência vigente. A leitura proposta pela Terapia Centrada no Cliente parece considerar, unicamente, a dimensão psicológica funcional do mal-estar descrito pelos clientes, reduzindo a contingência da condição humana a um conjunto de construtos bem articulados entre si que representam “estados” passíveis de serem descritos e previsíveis, conforme o modelo da ciência positivista moderna.

Esta proposta de expulsão do trágico, implícita em toda produção teórica rogeriana, reflete “*o primado de uma tendência a viver (growth) e a associação entre o temor de viver e esta tendência*” (Pagès, 1976, p. 181). Por outro lado, na sua produção teórica, é bem pouco explicitada a dimensão constitutiva da angústia, impossibilitada, talvez, de ser assumida, pela ênfase dada às tendências positivas da personalidade, assumidas como princípio único explicativo do desenvolvimento humano. Essa orientação é evidente ao afirmar:

“Uma das concepções mais revolucionárias que ocorrem em nossa experiência clínica é a aceitação crescente do ponto de vista de que o núcleo íntimo da natureza do homem, as camadas mais profundas de sua personalidade, a base de sua ‘natureza animal’ é positiva por natureza, socializada na base, orientada para o progresso, racional e realista” (Rogers, 1970, p. 90).

Tal leitura busca um suposto homem interno – a pessoa – que deveria tornar-se o que já é potencialmente, processo possibilitado por “atitudes psicológicas facilitadoras”. Mas será que ofereceria subsídios para compreender o sofrimento enfrentado pelo homem contemporâneo lançado numa situação permeada por uma multiplicidade de eventos que não compreende e que se apresentam, em grande parte, fora de controle?

Para atentar e dar conta de circunscrever o mal-estar contemporâneo e as novas formas de inscrição das subjetividades, seria necessário recorrer a outros questionamentos sobre a existência humana. Um desses questionamentos, e já presente nas entrelinhas deste texto, é aquele que se lança a partir do posicionamento heideggeriano. Segundo Pompéia (1999):

“Para Heidegger, o homem é antes de tudo e, fundamentalmente, uma enorme pergunta. E fazer uma pergunta é uma coisa absolutamente espantosa(...) pois quando ele busca aproximar o homem do espaço onde se gera toda e qualquer pergunta, ele afirma que fazer uma pergunta é configurar uma falta. Por essa propriedade de fazer buracos, por assim dizer, de criar não-seres, de criar vazios, o homem diferencia-se radicalmente da totalidade

dos entes existentes até então. Seria possível dizer que essa capacidade do homem de criar vazio nada mais é do que a reprodução da sua condição mais essencial". (p. 17).

Considerando essa perspectiva, é inevitável que se questione, que se configure a falta, que se possa criar vazios que possibilitem a escuta do mal-estar contemporâneo e das novas formas de constituição de subjetividades. Diante dessa situação, novos questionamentos se impõem: será que a fenomenologia existencial heideggeriana poderia, através de suas ressonâncias, possibilitar o questionamento do quadro de pressupostos da Modernidade e da Teoria da Terapia Centrada no Cliente, enquanto projeto teórico-técnico desenvolvido no interior deste quadro?

Ensaando já alguns questionamentos, envolvidos pelas ressonâncias da perspectiva heideggeriana, indicamos que a construção teórica da Terapia Centrada no Cliente parece não levar devidamente em consideração a condição da existência humana, na qual “essenciar-se” é um processo aberto, impossível de realizar-se. Tal processo não pode ser indicado por “*fases sucessivas do processo terapêutico, através do qual o indivíduo muda da fixidez para a fluidez, de um ponto situado perto do pólo estático do contínuo para um ponto situado perto de seu pólo em movimento*” (Rogers, 1970, p.114). Para Heidegger, a existência propriamente humana seria manter-se na tarefa, na abertura ao ser, no TER DE SER, como enfrentamento do fundo sem fundo destituído de fundamento.

Ter de ser que implica um cuidar de ser, concebido na perspectiva heideggeriana, como ser em relação, abertura ao mundo, ser clareira, em que viver de acordo com a “natureza humana” seria viver na impropriedade. Ser si

próprio não significa “atualizar o que já é”, “atualizar uma potência”. Ser si próprio significa, a cada momento, a perspectiva radical de ser possibilidade.

Por essa ótica, o existir humano nunca se reduz à natureza humana, à simples presença entificada do ser, pois esse existir supõe um ser também ausente, já que é *um-ser-para-a-morte*, que acontece independentemente de todos os aspectos e razões, revelado na **angústia** diante da possibilidade da impossibilidade, isto é, do “nada”.

Nessa perspectiva, a **angústia** seria a via de acesso ao nada, pois, ao caracterizar-se por colocar o *ser-aí* diante do “nada”, possibilita a recondução à totalidade do ser, afastando-o da superficialidade objetivante do cotidiano. Através da **angústia**, podemos entrar em contato com esse *ser-aí*, que se encontra suspenso no nada e que remete à falta e incompletude.

A dimensão heideggeriana de angústia parece possibilitar uma melhor aproximação com a experiência de desamparo, exacerbada pelo momento contemporâneo, no qual vivemos tanto o sabor de uma era que se finaliza, quanto o desamparo por não saber o que nos aguarda. Apesar dessa situação, a angústia do desamparo não pode configurar-se, unicamente, como uma reação a um acontecimento eventual, puramente contingente. A dor do desamparo revela a angústia típica da condição humana, reenvia a uma estrutura ontológica, inevitável ao fenômeno humano, a este modo particular de ser, marcado pela dor e pela possibilidade de não-ser. Possibilita, também, a descoberta da contingência e da finitude da existência, ao mesmo tempo que abre possibilidades para o encontro com a alteridade. Para Rocha (1999, p. 8),

“o desamparo estrutura um modelo de subjetividade, que se define como uma subjetividade aberta, em contraposição ao modelo fechado do tipo identitário, que enclausura, narcisicamente, o sujeito dentro de sua auto-suficiência, como se ela fosse o seu fundamento auto-fundante”.

Entendendo a experiência de desamparo como fazendo parte da condição humana, aqui compreendida como o *modo de ser no incessante e irreversível fluir da existência humana* (Rocha, 1999, p. 8), ressaltamos a limitação da perspectiva rogeriana da angústia. Tal perspectiva parece não apresentar as mesmas, ou outras, possibilidades para uma compreensão do mal-estar contemporâneo vivido, predominantemente, pela angústia diante das situações inevitáveis e dilacerantes de desamparo que traz no seu bojo: por ressaltar, unicamente, a dimensão intrapsíquica do conflito entre a estrutura do *self* e a experiência organísmica como “mal estar” pelo “perigo da tomada de consciência”, desconsidera aquilo que é a humanidade do homem.

REFERÊNCIAS

CURY, V. E. **Abordagem Centrada na pessoa:** um estudo sobre as implicações dos trabalhos com grupos intensivos para a terapia centrada no cliente. 1993. Tese (Doutorado em) – Universidade de Campinas, Campinas.

FIGUEIREDO, L. C. **Escutar, recordar, dizer:** encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica. São Paulo : Educ : Escuta, 1994.

_____. **Matrizes do Pensamento Psicológico.** Petrópolis : Vozes, 1996.

_____. **Revisitando as Psicologias:** da epistemologia à ética das práticas e dos discursos psicológicos. São Paulo : EDUC; Petrópolis : Vozes, 1995.

LATOURE, B. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1994.

MOREIRA, V. L. **Para além da Pessoa:** uma revisão crítica da Psicoterapia de Carl Rogers. 1990. Tese (Doutorado em _). Universidades Católica de São Paulo, São Paulo.

PAGÈS, M. **Orientação não diretiva em psicoterapia e psicologia social.** Rio de Janeiro : Forense-Universitária; São Paulo : Ed da Universidade de São Paulo, 1976.

PUENTE, M. **Carl Rogers:** de la psychotherapie à l'enseignement. Paris : EPI, 1973.

ROCHA, Z. B. Desamparo e metapsicologia: para situar a experiência do desamparo na metapsicologia freudiana. In: FÓRUM DE PSICANÁLISE E DESAMPARO, 5. 1999, Recife. **Anais...** Recife : [s.n.], 1999.

ROGERS, C. R. **Um jeito de ser.** São Paulo : EPU, 1983.

_____. **Tornar-se pessoa.** Lisboa : Moraes Editores, 1970.

ROGERS, C. R.; KINGET, M. **Psicoterapia e Relações Humanas.** Belo Horizonte : Inter Livros, 1977. V. 1.

ROGERS, C.R.; ROSEMBERG, R. **A Pessoa como Centro**. São Paulo : EPU : Ed. da USP, 1973.

SCHMIDT, M. L. Positivismo lógico e pensamento existencial: a conciliação rogeriana. In: MORATO, H.T. **Aconselhamento psicológico centrado na pessoa**. São Paulo : Casa do psicólogo, 1999.

NOTAS

- * Professora Assistente do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e mestranda em Psicologia Clínica na UNICAP.
- ** Professora Doutora do Instituto de Psicologia da USP e assessora do Curso de Mestrado em Psicologia Clínica da UNICAP, para a Linha de Pesquisa em Psicologia Clínica Fenomenológica e Existencial.
- ¹ Para Latour (1994), ‘moderno’ *“implica dois conjuntos de práticas totalmente diferentes que, para permanecerem eficazes, devem permanecer distintas”* (p.16). O primeiro conjunto cria, por “tradução” ou “mediação”, híbridos de natureza e cultura que são conectados através de redes. O segundo conjunto de práticas cria, por “purificação” ou “crítica”, dois campos ontologicamente distintos, o dos humanos e o dos não-humanos. Funcionar de modo moderno significa aderir ao projeto da purificação crítica, apesar dessa prática só ser possível pelo desenvolvimento do processo de hibridação.